

CONHECIMENTO HUMANO

RUSSELL, Bertrand. **Conhecimento humano**: seus escopos e seus limites. Tradução de Renato Prelorenzou. São Paulo: UNESP, 2018. 808 p.

Crysmar Dutra Santos*

O filósofo e matemático inglês Bertrand Russell é, sem dúvida, um dos maiores expoentes da filosofia analítica. O seu livro, em parceria com Whitehead, sobre matemática, seu famoso artigo “On denoting” e o seu clássico *Problems of philosophy* são marcos que retratam sua envergadura filosófica. Menos conhecido, *Human knowledge* finalmente ganhou uma tradução brasileira.

Esta volumosa obra de Russell não se dirige somente ao público profissional da Filosofia, mas a todos aqueles que têm interesse em questões filosóficas. Recheado de vários objetivos audaciosos, dentre os quais é oportuno mencionar a relação que envolve a experiência individual e o conteúdo geral do conhecimento científico e a justificação de suas inferências.

O livro está subdividido em seis partes. A primeira busca compreender os aspectos da prática científica; a segunda se ocupa da linguagem; a terceira trata da relação entre ciência e percepção; a quarta parte aborda os conceitos elementares da ciência; a quinta parte confronta o problema da indução e da probabilidade e a sexta parte se depara com as condições necessárias que autorizam a inferir leis derivadas de dados sensoriais.

Na primeira parte Russell apresenta o contraste entre conhecimento objetivo e conhecimento subjetivo, dando ênfase a termos subjetivos como “aqui” e “agora” a partir da aglutinação espaço-temporal da relatividade geral. Durante ela, são exibidos aspectos primordiais de cosmologia, o mundo da física é abordado. No âmbito da física contemporânea, a exposição transcorre da física da relatividade especial, que estuda o universo e suas leis sob um nível macrocosmo, e estende a exposição para cobrir até o nível microcosmo no reino da física de partículas, que lida com as propriedades minúsculas da matéria. Russell sublinha as diferenças semânticas entre o conceito de massa na física de Newton e o conceito de energia na física de Einstein. Além da física, Russell trata nesta parte

* Graduado em filosofia pela FAJE. Mestrando em filosofia pela UFMG. E-mail: crysmar1@hotmail.com.

da biologia e das ciências da mente, exibindo as teorias evolucionistas e genéticas de Darwin e Mendel.

A segunda parte expõe a variedade de usos possíveis da linguagem, como a transmissão de informações, comunicação, sentimento e comando. Além disso, ele examina o procedimento denominado de “definição ostensiva” e que ocupa uma vasta literatura no campo da filosofia da linguagem, em especial no processo de ensino e aprendizagem de um idioma. Russell analisa atentamente nomes de espécie, qualidades e relações, enumerando os usos elementares de uma palavra em três categorias: indicativo, imperativo e interrogativo. Em seguida, elucida as diferenças acerca de nomes próprios e nomes de classes, e suas funções sintáticas. Ele enfatiza o conceito de nomes próprios a partir de cinco matrizes: Metafísica, Sintaxe, Lógica, Física e Epistemologia. Russell enuncia as partículas egocêntricas da linguagem, aqueles termos que variam de acordo com a posição do locutor no tempo e no espaço. Ele sublinha as operações realizadas pelas partículas lógicas e pelas palavras gerais e elabora, no decorrer de um dos capítulos, uma teoria na qual demonstra que é possível definir a verdade sem aceitar a existência de fatos negativos. Além disso, Russell se põe a distinguir fato, crença e verdade. Essa distinção ocupa posição de prestígio no pensamento de Russell.

A terceira parte se dedica a compreender os matizes da ciência e da percepção. Ao longo dela Russell elabora uma separação entre conhecimento de fatos e conhecimento de leis; tenta oferecer um contra-argumento ao solipsismo, a crença segundo a qual somente eu existo. Russell corrige essa definição usual de solipsismo e introduz a seguinte: a crença segundo a qual “os meus dados são todo o universo”. Nesse capítulo, a percepção é abordada. Nela duas teorias da percepção são analisadas: a empírica e a idealista. Russell as divide em duas classes, física e mental, dando uma descrição sobre como cada uma delas interage mutuamente, por exemplo, em ter a sensação física de sofrer uma pancada e mentalmente perceber a dor; ou uma volição que causa o movimento do braço. Alguns conceitos básicos da física de Newton e da física de Einstein são elucidados. Russell se aprofunda no debate sobre a percepção do tempo e do espaço.

A quarta parte enfoca os conceitos científicos. Russell tece considerações sobre a axiomática de Peano e o princípio da indução matemática finita; a geometria euclidiana também é apresentada. Nela encontramos uma boa apresentação do vocabulário mínimo requerido pelas ciências amadurecidas. O vocabulário mínimo possui dois componentes: (1) toda proposição de dado corpo de conhecimento pode ser expressa por meio de palavras que

pertencem ao vocabulário mínimo; (2) nenhuma palavra desse vocabulário pode ser definida em termos de outras palavras do vocabulário. Russell define três espécies de palavras exigidas em uma ciência empírica. São elas: (1) Nomes próprios, por exemplo, “Sócrates”, “elétron”, “País de Gales”; (2) Palavras que denotam qualidades ou relações, por exemplo, “vermelho”, “quente”, “acima”, “entre” e, por fim; (3) Palavras lógicas, que operam na condicional, disjunção, negação, identidade, como “ou”, “não”, “mesmo”, “tudo”. No decorrer dessa parte, Russell comenta sobre as relações que subjaz nas propriedades simples e naquilo que elas reportam na estrutura do mundo. Desse modo, essa concepção permite invocar um aparato conceitual com uma quantidade menor de menos. Assim, todos os lugares podem ser indicados por suas coordenadas ou todas as cores através de seus comprimentos de ondas. Em seguida, Russell retoma a discussão sobre a natureza do tempo, em sua dimensão pública e privada. Dessa vez ele recorre à clássica indagação de Santo Agostinho, com perguntas do tipo: “O que é o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; se quero explicar a quem me pergunta, não sei” e a compara com o escólio de Newton, que professa a doutrina de um tempo absoluto. A discussão avança até a rejeição dessa noção a partir do surgimento da física da relatividade, que propõe um espaço-tempo relativo. À medida que se alonga, Russell apresenta os conceitos básicos da física, focando no conceito de “instante”, para depois apresentar a concepção de espaço homogêneo da física clássica. Por fim, Russell exhibe comentários sobre as leis causais, que dependem inescapavelmente da capacidade de prever o futuro. Conforme Russell utiliza a expressão “lei causal”, significa que qualquer lei que, se for verdadeira, torna possível a partir de um certo número de eventos, inferir algo sobre outros eventos.

A quinta parte aborda a probabilidade. Russell contrapõe dedução matemática à indução cuja validade incide estritamente na probabilidade. Ora, enquanto a dedução lógica nos obriga a afirmar que a soma dos ângulos internos de um triângulo retângulo equivale a 180° , a indução não é capaz de garantir que o Sol de hoje nascerá também amanhã. Esse tipo de raciocínio, embora tácito, não é inteiramente correto. Por isso, Russell coloca a probabilidade matemática, isto é, procura quantificar as chances de um determinado evento suceder. Na visão de Russell, a ciência se ocupa de leis aferidas a partir de fatos particulares. Ele elenca dois tipos de probabilidade. O primeiro tipo diz respeito à probabilidade aplicada à vida cotidiana e na tomada de decisão, como “o guia da vida” do Bispo Butler. O segundo tipo de probabilidade se faz presente na epistemologia, por exemplo, na tese defendida por Reichenbach, segundo a qual todo o nosso conhecimento é apenas provável. Sobre esse

segundo exemplo, vinculado a Reichenbach, Russell exhibe o “princípio da probabilidade inversa” com o propósito de ilustrar essa tese no campo das ciências empíricas. Parafraseando Russell, seja p alguma teoria geral e q um dado experimental importante para p . Então p/h é a probabilidade da teoria p em relação aos dados previamente conhecidos. Em termos resumidos, a probabilidade da teoria p acarretar q é o que se segue: $p(q \text{ e } h) = p/h: q/h$. Esse princípio pode ser esclarecido mediante a descoberta de Netuno. Portanto, p = lei da gravitação, h = todos os fatos relevantes conhecidos antes da descoberta e q = o fato de Netuno ter sido descoberto numa certa posição. Esse é um breve e simples exemplo, Russell avança o capítulo oferecendo novos e mais robustos exemplos de formalização da probabilidade matemática. Essa parte, na sequência, avança com as discussões sobre a teoria da frequência finita, como aquela que responde à seguinte pergunta: Qual é a chance de o homem mais alto dos Estados Unidos morar em Iowa? Na sequência, Russell discute a lógica da indução na perspectiva de Hume, a teoria de Mises-Reichenbach, a teoria da probabilidade de Keynes. Ele separa um longo capítulo somente para discutir os graus de credibilidade das crenças humanas, concedendo ênfase ao ceticismo frente ao conhecimento.

Na sexta parte Russell exhibe os postulados da inferência científica; começa expondo a dificuldade de definir o conceito de conhecimento. Nesse ínterim dois tipos de conhecimento são averiguados, a saber, o teórico e o pragmático. Russell discute o princípio de verificabilidade do Círculo de Viena, segundo o qual o significado de uma proposição é o seu método de verificação. De acordo com Russell, esse princípio implica duas coisas: a) que aquilo que não pode ser verificado nem como verdadeiro nem como falso não tem significado e b) que duas proposições verificadas pelas mesmas ocorrências têm o mesmo significado. Russell rejeita ambas as conclusões porque devemos aceitar o testemunho de outras pessoas. Na sequência é discutida a relação entre causa e efeito nas perspectivas de Mill e Hume. Assim, Russell define o conceito de “causa” como um termo primitivo ou psicológico, e o conceito de “lei causal” enquanto uma noção usada na ciência. Uma linha causal é uma série de eventos relacionados entre si de modo que, em alguns casos, é possível inferir que dado A ocorrerá B . O último capítulo da última parte busca delinear os limites do empirismo. Nele Russell define que o conhecimento empírico se refere a qualquer tipo de proposição que não faça parte da matemática e da lógica dedutiva. Uma vez que ele sustenta que somente existe conhecimento necessário no âmbito das ciências formais, segue-se que o conhecimento sintético ou empírico é inevitavelmente parcial e duvidoso. O empirismo depende essencialmente da percepção e da memória, que concerne ao entendimento das palavras, ao

entendimento das sentenças e ao conhecimento dos fatos particulares. As generalizações a partir de fatos particulares são constituintes resultantes do nosso mecanismo biológico. Contudo, no campo da teoria do conhecimento, essa tese parece ser incorreta, pois o ser humano possui postulados não derivados de fatos particulares. Russell, no entanto, presume que o empirismo cético tem pelo menos uma doutrina verdadeira: a de que todo conhecimento humano é incerto, inexato e parcial.

Escrito em linguagem acessível, *Conhecimento humano*: seu escopo e seus limites é uma leitura saborosa e divertida, que se dirige a filósofos, cientistas, intelectuais e entusiastas.